



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

**Acta n.º 13**

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**

**REALIZADA NO DIA DOZE DE JUNHO**

**DE DOIS MIL E DEZANOVE.** -----

----- Aos doze dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezanove, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara Municipal** sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, encontrando-se presentes os Senhores Vereadores, **Marco Filipe Barreiros Pires, Paula Cristina Calado Chuço, Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes e Bruno Alexandre Croca Brites** -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** Não houve assuntos presentes.--

----- Eram dez horas, o **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, declarou aberta a reunião após o que foi lida, aprovada e assinada a acta da reunião anterior que havia sido aprovada em minuta.-----

----- Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos** anexa, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

----- Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**. -----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** ----

----- **Ponto um - um: ALTERAÇÃO DE LICENÇA - FASEAMENTO E ESTIMATIVA:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que foi apresentado requerimento solicitando alteração do processo nº. 19/2018, em nome de **Miguel Costa Ferreira**, para obras de Edificação/Urbanização na Rua Vasco da Gama, nº. 49 em **Cabeção**, de modo a prever uma nova estimativa orçamental e um faseamento da obra. -----

Relativamente ao valor, justifica o requerente que a estimativa apresentada se mostrava desfasada, por excesso dos valores médios dos orçamentos entretan-

to obtidos. Solicita assim que seja considerado como valor total da obra 581 345,00 €, em conformidade com nova estimativa apresentada, em alternativa ao valor de 740 000,00 € constante da estimativa inicial. -----

Para além disso solicita o faseamento da operação em duas fases suscetíveis de utilização autónoma, incluindo na primeira a vedação do prédio, o edifício A, anexos e zonas exteriores de ligação entre estes e na segunda as restantes zonas exteriores e as habitações B, C, e D. Justifica este pedido por questões relativas a financiamento da operação. -----

Pese embora o pedido não seguir exatamente os trâmites previstos no artigo 59.º do RJUE, por se encontrarem já aprovados os projetos de especialidades respeitantes às duas fases, afigura-se, salvo melhor parecer, que o pedido poderá merecer deferimento, se assim se entender. O requerente propõe que a 2.ª fase se inicie um ano após conclusão da fase inicial. -----

Não havendo também nada a opor à alteração da estimativa orçamental, submete-se o assunto a decisão. De referir, no entanto, que se considera que a classe de alvará de empreiteiro de construção civil deverá considerar o valor global da obra, uma vez que, de harmonia com o n.º 3 do artigo 29.º da Lei 41/2015 de 3 de junho, nenhuma obra pode ser fracionada com o objetivo de reduzir o seu valor, contornando desse modo as exigências legais quanto à classe em que a mesma está compreendida. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanis266mo**, deferir os pedidos solicitados pelo requerente, (nova estimativa orçamental e um faseamento da obra), devendo o requerente cumprir com o constante no referido parecer. -----

----- **Ponto um - dois: PROJETOS DE ARQUITETURA E ESPECIALI-**

**DADE:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que o presente pedido, apresentado por **José Manuel da Silva Matos**, refere-se à intervenção no prédio sito no n.º 63 da rua da Igreja, em **Brotas**, que integra o património classificado da "Igreja Matriz de Brotas" e, de acordo com o Plano Diretor Municipal, está abrangido por "Espaços Urbanos Consolidados ou de Preenchimento", na área delimitada como "núcleo histórico". A obra consiste na substituição da cobertura e retificação dos rebocos exteriores deteriorados, tendo os projetos sido desenvolvidos pelos serviços técnicos da Divisão de Obras de Urbanismo da Câmara Municipal, ao abrigo do Programa de Apoio à Recuperação de Habitações Degradadas. -----

-----  
Solicitou-se parecer à Direção Regional de Cultura do Alentejo, onde se incluiu o pedido de confirmação do enquadramento da pretensão no n.º 5 do artigo 3.º do Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndios em Edifícios (RJSCIE), caso se entendesse lesivo para o imóvel em apreço, a aplicação no correspondente normativo legal. -----

Foi emitido parecer favorável condicionado ao cumprimento de determinadas soluções técnicas e arquitetónicas, sem, no entanto, conter pronúncia sobre a questão suscitada, relativamente à Segurança Contra Incêndios em Edifícios. Logo depois, em abril de 2018, inquiriu-se novamente a entidade acerca do tema, mas, até à data, não se obteve resposta. -----

Observado o excessivo tempo decorrido, e concertado com a ANPC o procedimento adequado à prossecução do processo, optou-se pela apresentação de uma Ficha de Segurança Contra Incêndio, considerando o respeito pelo regula-

mento técnico apenas nos elementos intervencionados, uma vez que o estabelecimento comercial existe como tal desde 1999. -----

Importa referir que a obra em causa estaria isenta de controlo prévio, de acordo com o Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização, não fosse a circunstância da sua localização. Mais se informa que, dado o carácter minimalista da pretensão, não ocorrerá qualquer alteração nos parâmetros urbanísticos do prédio, nem, tão pouco, existirão incompatibilidades com as disposições do presente PDM. -----

Face ao exposto, estarão reunidas as condições para a deliberação final de deferimento do pedido, podendo ser concedida a licença de construção pelo prazo de 2 meses, após apresentação dos elementos necessários para o efeito, a efetuar no prazo de um ano a contar da data da notificação do ato de licenciamento. Deverá o requerente ser alertado para a plena concretização das exigências enunciadas no parecer da Direção Regional de Cultura do Alentejo, bem como, para a necessidade de implementar as medidas de autoproteção, em conformidade com os artigos 21.º e 22.º do Decreto-Lei n.º220/2008 (RJS-CIE), na sua atual redação, caso ainda não o tenha feito. Também se deverá informar o requerente da necessidade de controlar e encaminhar todos os resíduos de demolição e construção, nos termos definidos pelo regulamento municipal e pela legislação específica vigente. -----

Deferido por unanimidade aprovar o projeto de arquitetura e especialidades de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, devendo o requerente cumprir com o constante no referido parecer. -----

Mais deliberou por unanimidade conceder a licença de construção pelo prazo de 2 meses, após apresentação dos elementos necessários para o efeito, a efetuar no prazo de um ano a contar da data da notificação do ato de licenciamento e alertar o requerente para a plena concretização das exigências enunciadas no parecer da Direção Regional de Cultura do Alentejo, bem como, para a necessidade de implementar as medidas de autoproteção, em conformidade com os artigos 21.º e 22.º do Decreto-Lei n.º220/2008 (RJSCIE), na sua atual redação, caso ainda não o tenha feito. Também deliberou por unanimidade informar o requerente da necessidade de controlar e encaminhar todos os resíduos de demolição e construção, nos termos definidos pelo regulamento municipal e pela legislação específica vigente. -----

----- **Ponto um - três: EMISSÃO DE CERTIDÕES:** Presentes os seguintes pedidos de **Certidões**, em nome de: -----

**Adelina Joaquina Teles Matos**, a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o **artigo n.º 14** da freguesia de **Bro-tas**, descrito na **Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 281** da mesma freguesia, com a área de implantação de 66 m2 e de construção de 132 m2. Solicita ainda que se comprove que o imóvel se situa na Rua do MFA, n.º 25, anteriormente designada por Rua da Estalagem. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo os pedidos, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo** e declaração da **Junta de Freguesia de Brotas**. -----

**Maria Isabel Pedras da Silva**, a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção do pré-

dio inscrito na matriz predial urbana sob o **artigo n.º 1655** da freguesia de **Cabeção**, descrito na **Conservatória do Registo Predial de Mora** sob o **n.º 1580** da mesma freguesia, com a área de implantação e de construção de 111,95 m2, situado na R. da Escola n.º 31 - 33.-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.

----- **Ponto dois: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE AÇÃO SÓCIO CULTURAL:**

----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** -----

----- **Ponto três - um: RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:** Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria com data de ontem, o qual acusa o saldo em **Dotações Orçamentais** no valor de **2.195.205,54€, dois milhões cento e noventa e cinco mil duzentos e cinco euros e cinquenta e quatro centimos** e **Dotações não Orçamentais** no valor **52.520,85€, cinquenta e dois mil quinhentos e vinte euros e oitenta e cinco centimos**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - dois: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADOS:** Presente mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, no valor de **7.991,37 €, sete mil novecentos e noventa e um euros e trinta e sete centimos**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - três: MAPA DE FATURAS:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para deliberação o Mapa de Faturas.-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade autorizar o pagamento das faturas constantes no mapa de pagamentos anexo à presente informação no valor de **128.464,49€, cento e vinte e oito mil, quatrocentos e sessenta e quatro euros e quarenta e nove cêntimos.**-----

----- **Ponto três - quatro: RECLAMAÇÕES:** Presente informação da **Divisão Administrativa Financeira** enviando para conhecimento em reunião ordinária, as reclamações **n.ºs 0143862 e 0345753**, apresentadas pelos Munícipes; **José Manuel Freire Vieira** e **João Gomes**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE:** -----

----- **Ponto cinco : EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:** -----

----- **Ponto cinco - um: DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE:** A **Câmara Municipal** tomou conhecimento dos despachos do **Senhor Presidente da Câmara**, anexos à presente ata. -----

----- **Ponto cinco - dois: CEDÊNCIA DE TRANSPORTE:** Presente informação do **Senhor Vereador do Pelouro dos Transportes**, **Marco Filipe Barreiros Pires**, informando que dando cumprimento ao estipulado no Regulamento de Cedência de Veículos de Passageiros do Município de Mora, propõe ao Executivo Municipal a aprovação da cedência dos seguintes transportes:-----

- **Grupo de Cantares da Santa Casa da Misericórdia de Pavia**, uma atuação na Associação de Idosos e Reformados do Bairro do Bacêlo (14 de Junho); -----

- **Agrupamento de Escolas de Mora**, para uma deslocação dos alunos da Escola Básica/Jardim de Infância de Cabeção a Pavia (13 de Junho); -----

- **Sociedade Columbófila Cabeçanense e Morense**, para transporte para o Concurso de Fundo, no próximo dia 13 de Junho; -----

- **Grupo Cantar Alentejo da ARPI de Mora**, para uma atuação no Aniversário do Grupo de Cantares de Cabeção, no dia 22 de Junho. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar a cedência de transporte às Instituições acima referidas. -----

----- **Ponto seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve público presente.

----- **Ponto sete: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA PRESENTE REUNIÃO:** Aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, eram dez horas e cinquenta e cinco minutos, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu, Assistente Técnica exercendo  
funções na **Divisão Administrativa/Financeira**, para o efeito designada por deliberação tomada em reunião ordinária da **Câmara Municipal de Mora**, realizada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo e assino.-